



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO TRABALHO DE TAQUARA

Aos 23 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede da 3ª Vara do Trabalho de Taquara o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004090-59.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Titular, Luis Fettermann Bosak, pelo Juiz Substituto, Charles Lopes Kuhn, pela Diretora de Secretaria, Kenia Varela Albrecht, e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 18.11.2005

Data da última correição realizada: 18.08.2015

Data da Implantação do PJe: 18.08.2014

Jurisdição: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas.

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2015 a 23.08.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Luis Fettermann Bosak	Juiz Titular	Desde 08.02.2006
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	Desde 18.07.2016

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.08.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a 3ª Vara do Trabalho de Taquara pertence à 65ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Desde 18.07.2016, foi instituída a modalidade lotação plúrima nessa circunscrição, com vaga ocupada ocupada pelo Juiz Substituto Charles Lopes Kun.



2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Luis Fettermann Bosak	Desde 08.02.2006	Juíza Titular	10 anos, 06 meses e 16 dias
2	Charles Lopes Kuhn	Desde 18.07.2016	Juiz Substituto	01 mês e 06 dias
3	Lúcia Rodrigues de matos (Juíza do Trabalho Substituta)	09.02 a 10.03.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	30 dias
		12.03 a 12.04.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	01 mês e 01 dia
		13.05 a 21.06.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	01 mês e 09 dias
		17.11.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	01 dia
		30.05 a 05.06.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
		27.06 a 03.07.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
		12.07.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	01 dia
4	Osvaldo Antonio da Silva Stocher (Juiz do Trabalho Substituto)	12.03 a 03.05.2015	Atuou como Juiz Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	01 mês e 22 dias
		18.05 a 21.06.2015	Atuou como Juiz Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	01 mês e 04 dias
		22.07 a 16.08.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	26 dias
		17.08 a 23.08.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		31.08 a 06.09.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		21 a 27.09.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
5	Jaqueline Maria Menta (Juíza do Trabalho Substituta)	13.04 a 12.05.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	30 dias
		22 e 23.06.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	02 dias
		29.06 a 14.07.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	16 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		16 a 21.07.2015	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular	06 dias
		14 a 20.03.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
		21.03 a 03.04.2016	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular	14 dias
		04 a 08.04.2015	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular	05 dias
		18 a 24.04.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
		02 a 08.05.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
6	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo (Juíza do Trabalho Substituta)	04 a 12.05.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	09 dias
7	Edenir Barbosa Domingos (Juiz do Trabalho Substituto)	22.06 a 14.07.215	Atuou como Juiz Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	23 dias
		19 a 25.10.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		03 a 08.11.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
8	Fernando Reichenbach (Juiz do Trabalho Substituto)	05 a 12.10.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	08 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.08.2016)

2.1.4 Afastamento do Juiz Titular Lotado durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Luis Fettermann Bosak	Férias	09.02 a 10.03.2015	30 dias
		Férias	16.07 a 16.08.2015	32 dias
		Férias	21.03 a 08.04.2016	19 dias
Substituto	Charles Lopes Kuhn	Férias	18.08 a 16.09.2016	30 dias

2.2.SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados

Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade
--------------	-------	--------	------------------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

				Judiciária
1	Kenia Varela Albrecht	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria (CJ3)	03.11.2011
2	Mara Elisa Santos Azevedo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	08.01.2007
-	Douglas Santana Moreira	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	13.04.2015
-	Ana Regina da Silva Rosa Kothe	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	18.07.2016
3	Regis Fernando Karnopp	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretora de Secretaria (FC04)	08.08.2008
4	Nara Nuria Murillo Terribele	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário(a) de Audiência (FC03)	18.11.2005
5	Lucia Gaspary Beskow	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	16.01.2006
6	Mirela Pereira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	14.08.2014
7	Roberto Borges de Gusmao	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	23.08.2012
8	Clarice Isabel Azambuja Machado	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	02.06.2008
9	Miralva Pinto Guimaraes	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	01.12.2005
10	Patricia Gonçalves dos Santos Guedes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	02.03.2015
11	Patricia Vendruscollo Claro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	23.11.2011

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.08.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.363,67	1.001-1.500	11	11 a 12

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da



Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 3ª Vara do Trabalho de Taquara está dentro dos parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidores lotados na 3ª Vara do Trabalho de Taquara			
Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Kenia Varela Albrecht	Curso ou Evento (CURS)	1	2
	Curso Parcial	1	
Mara Elisa Santos Azevedo	-	-	-
Douglas Santana Moreira *Desde 13.04.2015	Casamento (CASA)	8	8
Ana Regina da Silva Rosa Kothe *Desde 18.07.2016	-	-	-
Regis Fernando Karnopp	-	-	-
Nara Nuria Murillo Terribele *Desde 18.11.2015	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	3
Lucia Gaspary Beskow	Doença em Pessoa da Família (LPF)	12	24
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	12	
Mirela Pereira	Curso ou Evento (CURS)	1	8
	Curso Parcial	5	
	Doação de Sangue (DSAN)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Roberto Borges de Gusmão	Dispensa Médica (DM)	1	10
	Dispensa do Ponto	5	
	Doação de Sangue (DSAN)	1	
	Licença para Tratamento de	2	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Saúde (LTS)		
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	1	
Clarice Isabel Azambuja Machado	Dispensa Médica (DM)	12	12
Miralva Pinto Guimaraes	Doença em Pessoa da Família (LPF)	19	77
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	58	
Patricia Gonçalves dos Santos Guedes *Desde 02.03.2015	Curso ou Evento (CURS)	2	7
	Curso Parcial	5	
Patricia Vendruscollo Claro	Dispensa Médica (DM)	10	190
	Licença-Gestante (LG)	120	
	Gestante Prorrogação (LG)	60	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.08.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na Vara do Trabalho inspecionada, houve cancelamento das audiências designadas para os dias 29 e 30 de junho de 2.015, mantidos os prazos processuais em curso, bem como garantido o acesso dos jurisdicionados à Unidade Judiciária, conforme Portaria nº 01/2015, expedida pelo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho de Taquara, Luis Fettermann Bosak.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Osmar Pedro Borges Ceconi	18.11.2005	06.01.2015	09 anos, 01 mês e 19 dias	Aposentadoria
2	Karina Franco Sampaio Anderle	01.10.2013	27.03.2016	02 anos, 05 meses e 16 dias	Lotação na 1ª VT de Gramado

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.08.2016)

2.2.6 Estagiários



Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1 Tais Prass Cardoso	Direito	01.10.2015 a 30.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em.08.08.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 3ª Vara do Trabalho de Taquara foi enquadrada na faixa de movimentação processual de mais 1.001 a 1.500 processos por ano.

Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada - 01a Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 01a Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 02a Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 01a Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 02a Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 01a Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 01a Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 02a Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00
Canoas - 03a Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 04a Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 01a Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 06a Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 01a Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 01a Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 01a Vara	932	1.047	1.230	1.069,67



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Gramado - 02a Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 01a Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 02a Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 03a Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 04a Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 01a Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 01a Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 02a Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 01a Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 01a Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 02a Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 03a Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 04a Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 05a Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 01a Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 01a Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 02a Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 03a Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 04a Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 01a Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 02a Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 03a Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 04a Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18a Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 01a Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 02a Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 01a Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 02a Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 01a Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 01a Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 01a Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 02a Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33



Sapiranga - 03a Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 01a Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 02a Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara – 03ª Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 04a Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 01a Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 01a Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 02a Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
Unidades com 1.001 a 1.500 processos por ano	69.303	72.293	74.266	1.284,89

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.367	1.279	-6,44%	1.397	9,23%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	191	194	1,57%	197	1,55%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.153	1.097	-4,86%	1.125	2,55%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	24	34	41,67%	29	-14,71%
Total	2.735	2.604	-4,79%	2.748	5,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

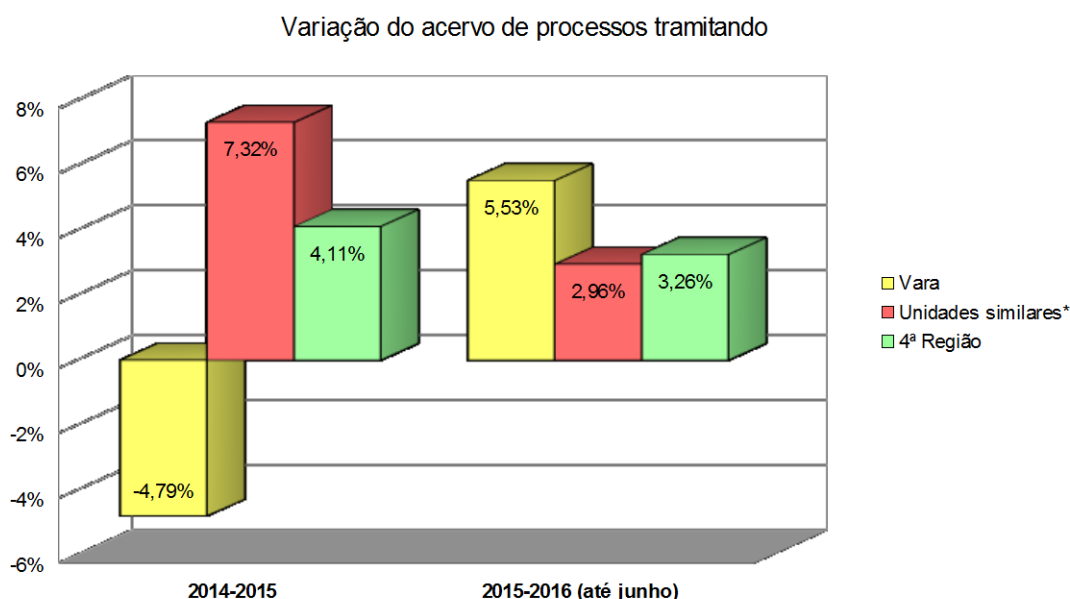
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

Considerando todo o acervo, no ano de 2015 houve diminuição de 4,79% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária, o que equivale a



diminuição de 131 processos no acervo em tramitação. Em número de processos, a fase de conhecimento foi a que mais contribuiu para a diminuição desse estoque (redução de 88 processos).

Essa variação no acervo de processos em 2015 foi bastante positiva frente ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação média de 4,11% no estoque de processos em tramitação. Nos seis primeiros meses de 2016, contudo, verifica-se que o estoque de processos tramitando na unidade aumentou 5,53%, índice superior ao da média regional no período, como aponta o gráfico que segue:



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.347	1.333	-1,04%	864	-35,18%
Sentença Anulada/Reformada	15	9	-40,00%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.314	1.269	-3,42%	760	-40,11%
Processos pendentes de solução	657	692	5,33%	747	7,95%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

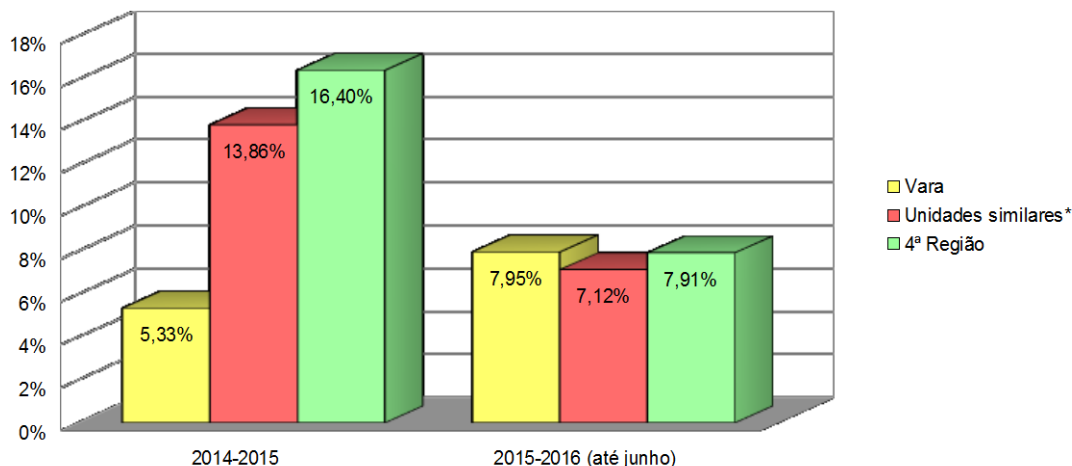
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se um aumento de 5,33% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior



(de 657 para 692 processos) – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, na qual o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%.

Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015, consoante se pode observar das especificações constantes no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	166	136	-18,07%	225	65,44%
Aguardando encerramento da instrução	455	434	-4,62%	395	-8,99%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	35	48	37,14%	47	-2,08%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	1	74	7300,00%	80	8,11%
TOTAL	657	692	5,33%	747	7,95%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07. 2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 03ª Vara	97,55%	95,20%	-2,41%	87,96%	-7,60%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades similares*	86,02%	89,46%	4,00%	90,76%	1,45%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,05%	-0,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 95,20% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 2,41% em relação ao índice do ano anterior. Mesmo com tal redução, o desempenho da Unidade nesse quesito foi 5,74 pontos percentuais superior ao das unidades de porte semelhante e 6,08 pontos percentuais superior à média geral do TRT da 4ª Região.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 03ª Vara	66,33%	63,77%	-3,86%	48,84%	-23,41%
Unidades similares*	55,92%	54,87%	-1,87%	39,24%	-28,49%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	38,53%	-30,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 3ª Vara do Trabalho de Taquara foi de 63,77% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 3,86% inferior ao verificado em 2014. De qualquer sorte, tal desempenho foi 8,89 e 8,56 pontos percentuais superior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual e à média de toda a 4ª Região, respectivamente.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 30.06)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	843	64,16	874	68,87	498	65,53
	Julgado procedente	16	1,22	24	1,89	13	1,71
	Julgado procedente em parte	288	21,92	236	18,6	173	22,76
	Julgado improcedente	38	2,89	20	1,58	17	2,24
	Extinto	0	0	6	0,47	1	0,13
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.185	90,18	1.160	91,41	702	92,37
Sem	Extinto	20	1,52	17	1,34	13	1,71
	Arquivamento (art. 844 CLT)	70	5,33	63	4,96	25	3,29



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

exame de mérito	Desistência	34	2,59	27	2,13	19	2,5
	Outras decisões	5	0,38	2	0,16	1	0,13
	SUBTOTAL	129	9,82	109	8,59	58	7,63
TOTAL		1.314	100	1.269	100	760	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, verificou-se uma redução de 45 processos solucionados na Unidade Judiciária, na comparação com o ano anterior, o que representa diminuição de 3,42%. Esse resultado foi inferior ao da média de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou aumento de 8,19%, bem como daquela apresentada por unidades similares, de 6,84% no período, conforme especificações do quadro abaixo:

	Variação média processos solucionados		Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016	2014-2015	2015-2016	
Taquara – 03ª Vara	-3,42%	-40,11%	Taquara – 03ª Vara	-16,37%	-28,67%
Unidades similares*	6,84%	-44,55%	Unidades similares*	8,33%	-45,97%
TRT4 - 1ª Instância	8,19%	-45,50%	TRT4 - 1ª Instância	7,56%	-45,40%

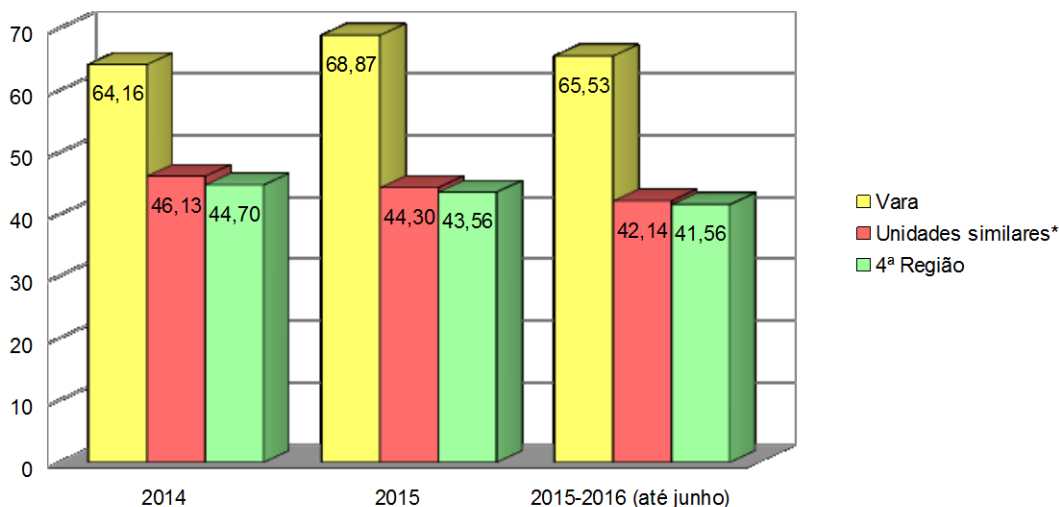
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Dentre os tipos de solução, verificou-se a diminuição do número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 342 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número foi de 286 decisões, representando uma diminuição de 16,37%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito (sem conciliações).

Os números evidenciam, contudo, um aumento no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 843 representando 64,16% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 874, correspondendo a 68,87% das soluções na fase de conhecimento – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que alcançou a média de 43,56% no período. Por fim, constata-se que, no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 65,53%, resultado superior à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Iniciadas	289	262	-9,34%	154	-41,22%
Encerradas	238	253	6,30%	127	-49,80%
Pendentes	179	186	3,91%	193	3,76%
Arquivo Provisório	2	2	0,00%	2	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação passou de 179, em 2014, para 186, em 2015, importando em um aumento de 3,91%. Esse percentual foi inferior ao verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%). O principal motivo para esse resultado foi a diminuição das liquidações iniciadas associada ao aumento das liquidações encerradas.

Nos seis primeiros meses de 2016, os números refletem um pequeno aumento no estoque de processos pendentes na fase de liquidação (de 3,76%) , correspondente a 7 processos.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas				
2014	2015	Variação	2016	Variação



	2014-2015 (até 30.06)			2015-2016	
Taquara – 03ª Vara	82,35%	96,56%	17,26%	82,47%	-14,60%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	88,74%	-0,76%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	89,52%	1,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 96,56% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 17,26% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 7,15 pontos percentuais bem como à média geral do TRT4 em 8,13 pontos percentuais.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 03ª Vara	56,26%	57,37%	1,96%	37,35%	-34,89%
Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	40,52%	-26,64%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	40,91%	-24,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 3ª Vara do Trabalho de Taquara, em 2015, foi de 57,37% do número total de liquidações a encerrar – resultado 1,96% superior ao verificado em 2014. Tal desempenho foi maior que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2,14 pontos percentuais e a média geral do TRT4 em 3,05 pontos percentuais.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

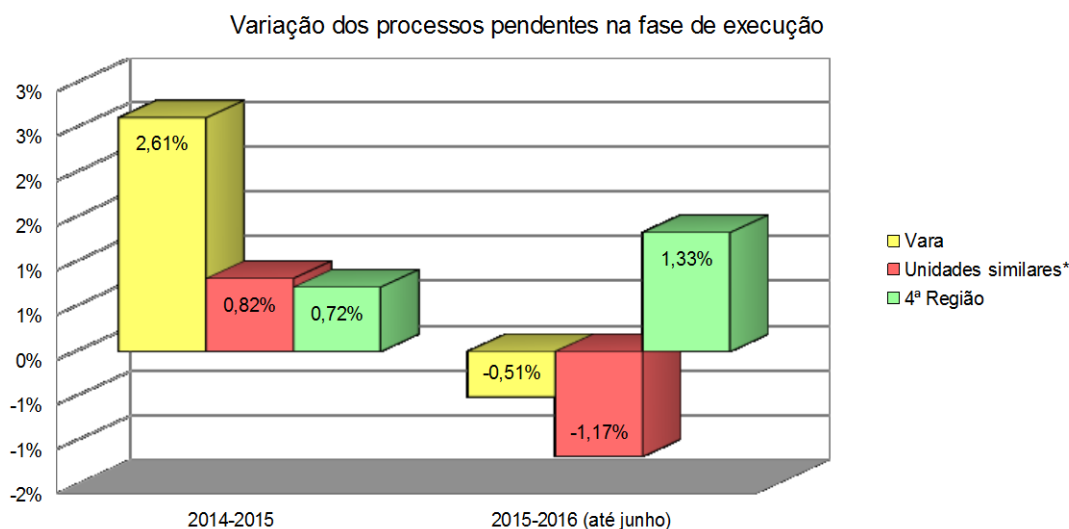
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	272	307	12,87%	165	-46,25%
	Desarquivadas para prosseguimento	93	228	145,16%	8	-96,49%
Saídas	Encerradas	250	255	2,00%	131	-48,63%
	Arquivadas Provisoriamente	62	69	11,29%	45	-34,78%



Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	1	0	-100,00%	0	#DIV/0!
	Demais	573	589	2,79%	586	-0,51%
	Total	574	589	2,61%	586	-0,51%
Saldo no arquivo Provisório		608	443	-27,14%	479	8,13%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes na 3ª Vara do Trabalho de Taquara apresentou aumento de 2,61%: de 574 para 589 processos. Os dados colhidos no primeiro semestre de 2016, contudo, apontam pequena redução no estoque de processos pendentes na fase de execução (0,51%), resultado melhor do que a média regional no mesmo período, que apresentou um aumento de 1,33% no número de execuções pendentes.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 03ª Vara	91,91%	83,06%	-9,63%	79,39%	-4,42%
Unidades similares*	98,23%	88,75%	-9,65%	80,47%	-9,32%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	71,19%	-11,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 83,06% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de



9,63% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi 5,68 pontos percentuais inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual mas 3,03 pontos percentuais superior à média geral do TRT da 4ª Região.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 03ª Vara	16,87%	17,13%	1,52%	10,94%	-36,10%
Unidades similares*	15,10%	15,79%	4,58%	9,23%	-41,51%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	8,97%	-41,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 3ª Vara do Trabalho de Taquara em 2015 foi de 17,13% do número total de execuções a encerrar – resultado 1,52% maior que verificado no ano anterior. Tal resultado foi 1,34 pontos percentuais maior que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 1,74 pontos percentuais maior que a média geral do TRT da 4ª Região.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	163	165	1,23%	82	-50,30%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	-
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.095	1.125	2,74%	1.145	1,78%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades



Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 3ª Vara do Trabalho de Taquara, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 15.07.2016. Dessa consulta, **não resultaram processos** com execução encerrada definitivamente, mas com devedores ainda inscritos no BNDT.

Sinala-se, contudo, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 30.06)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	168	160	23	143	135	32	58	55	26
*Antecipações de tutela	66	67	2	66	56	14	82	75	8
Impugnações à sentença de liquidação	2	6	2	11	6	8	8	2	13
Embargos à execução	46	44	32	52	58	25	28	14	30
Embargos à arrematação	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Exceções de pré-executividade	4	3	2	4	5	1	1	2	0
Total	286	280	61	277	261	80	178	148	78

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 277 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma diminuição de 3,15% em relação ao ano anterior. Observa-se que o número de incidentes processuais julgados apresentou diminuição de 6,79% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 280 para 261. Por causa disso, houve aumento no estoque total de incidentes processuais pendentes de decisão: em 31.12.2014 eram 61 processos e em 31.12.2015, 80. Destaca-se, por fim, que em 06.07.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 77 processos, 3,75% inferior ao do final do 2015; os embargos à execução eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes (38,96%).



Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, como no exemplo que segue:

1	Processo nº 0020159-58.2014.5.04.0382
	Em 4-12-2015 foram opostos <u>embargos de declaração</u> , os quais foram analisados por meio de mero despacho, em 16-12-2015. Assim, sem que tenha sido dada a solução específica ao incidente (acolhidos os embargos de declaração), permanece a pendência junto ao sistema.
2	Processo nº 0021118-89.2015.5.04.0383*
	Apresentado pedido de <u>antecipação dos efeitos da tutela</u> junto com a petição inicial, este foi apreciado mediante mero despacho, em 10-11-2015. Assim sem que tenha sido dada a solução específica ao incidente (concedida antecipação de tutela), permanece a pendência junto ao sistema.

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.08.2016)

*Situacão similar foi constatada nos processos n. 0020097-44.2016.5.04.0383; 0020375-45.2016.5.04.0383; 0020507-5.2016.5.04.0383; 0020737-47.2016.5.04.0383; 0020935-84.2016.5.04.0383; 0020945-31.2016.5.04.0383; 0021104-8.2015.5.04.0383;

Importante ressaltar, portanto, a existência de distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais podem decorrer de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variacão 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variacão 2015-2016
Do ajuizamento da açao à prolação da sentença	Sumaríssimo	31,33	58,07	85,37%	55,48	-4,47%
	Ordinário	196,77	189,10	-3,90%	219,17	15,90%
	Total	190,35	186,70	-1,92%	214,58	14,93%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

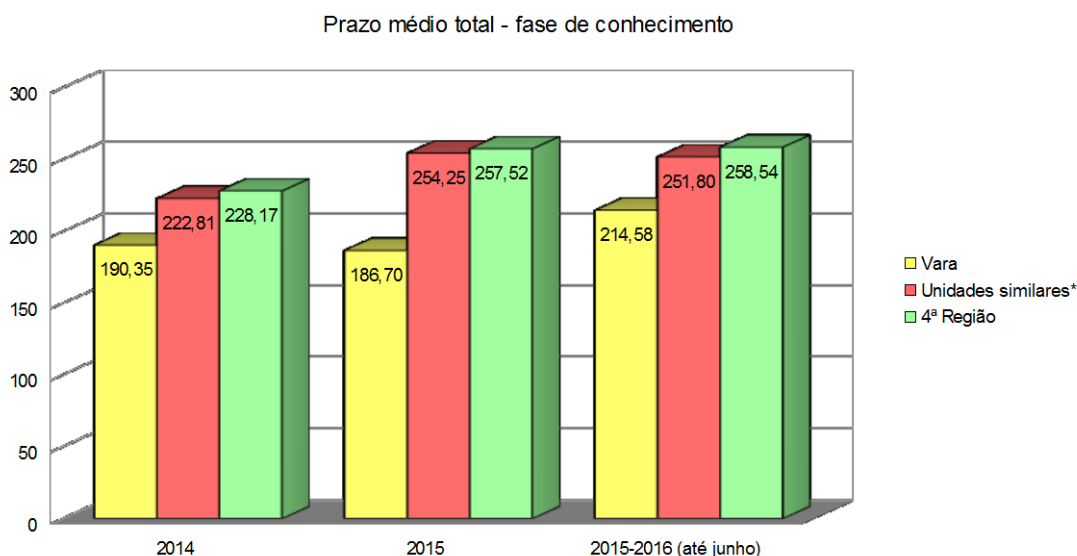
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da açao e a prolação da sentença na 3ª Vara do Trabalho de Taquara apresentou redução de 1,92%, passando de 190,35 para 186,7 dias. No rito sumaríssimo, contudo, o prazo médio registrou aumento de 85,37% em relação à média do ano anterior, passando de 31,33 para 58,07 dias. No rito ordinário foi registrado



um prazo médio de 189,1 dias, prazo este 3,9% inferior ao do ano de 2014.

Por sua vez, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 26,27% menor (67,55 dias) que o prazo médio identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 27,5% menor (70,82 dias) que a média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, ampliando-se a diferença verificada em relação ao ano de 2014.

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 214,58 dias, resultado este 14,78% menor (37,22 dias) que o prazo médio constatado nas demais Unidades Similares e 17,01% menor (43,97 dias) que o prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	375	126	-66,40%	..	#VALOR!
	Ordinário	156,69	221,48	41,36%	268,59	21,27%
	Total	157,68	221,08	40,21%	268,59	21,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio total decorrido entre o início e o encerramento da liquidação aumentou em 40,21%, passando de 157,68 para 221,08 dias

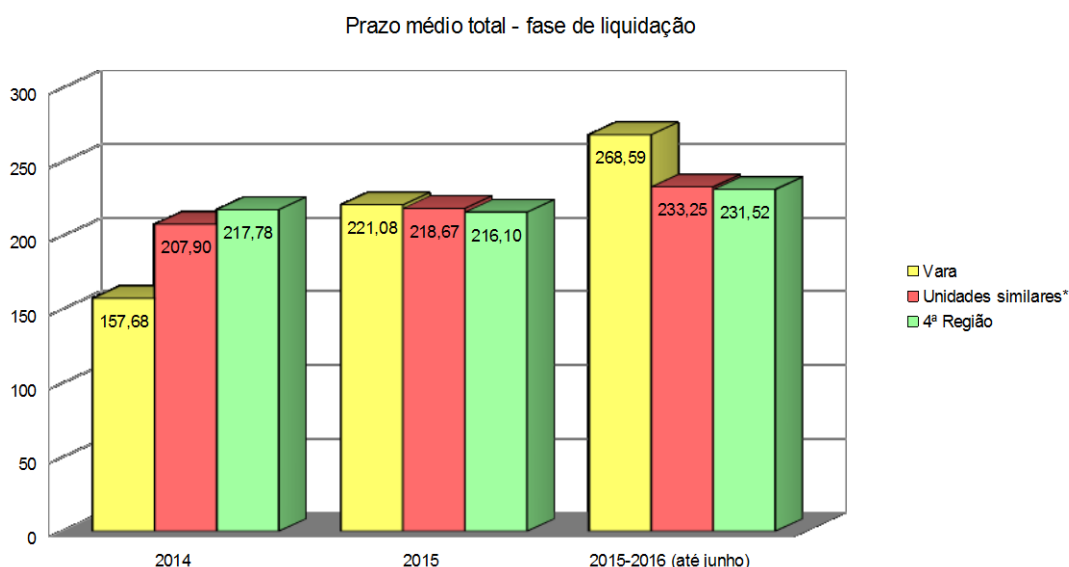
Os dados do ano de 2016, colhidos até o mês de junho, apontam uma



tendência de novo aumento do prazo médio total da liquidação.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 1,1% maior (2,4 dias) que a média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 2,31% maior (4,98 dias) que o prazo médio de toda a 4ª Região.

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 15,15% maior (35,34 dias) que o prazo médio das demais Unidades Similares e 16,01% maior (37,07 dias) que o prazo médio verificado nas Unidades integrantes da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	435,46	405,07	-6,98%	655,45	61,81%
	Ente público	1.032,55	1.233,67	19,48%	1.659,21	34,49%
	Total	459,13	416,22	-9,35%	808,02	94,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.072016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, diminuiu de 435,46 dias, em 2014, para 405,07 dias, em 2015. No primeiro semestre de 2016, entretanto, a média apresentou aumento de 61,81%, chegando a 655,45 dias.

Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na

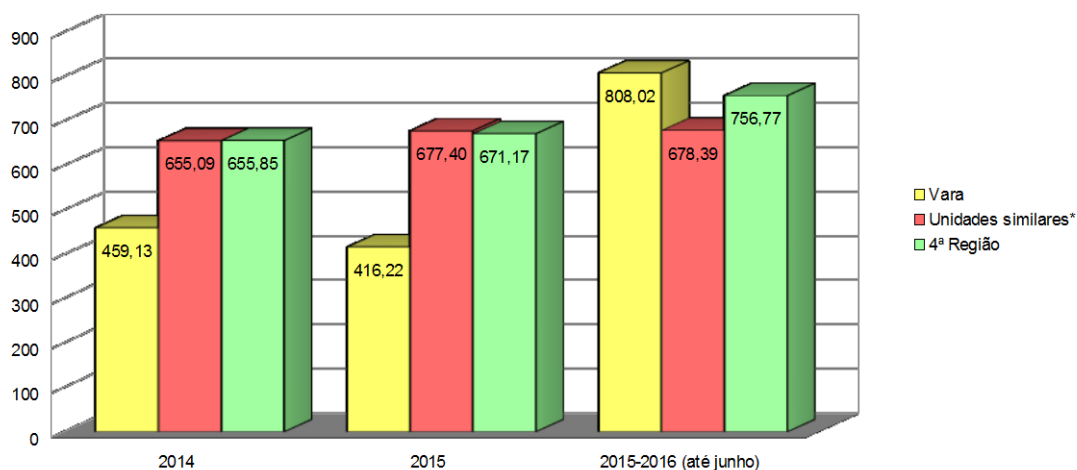


fase de execução aumentou de 1.032,55 dias, em 2014, para 1.233,67 dias, em 2015. Nos seis primeiros meses de 2016, o lapso de tramitação apresentou novo aumento, para 1.659,21 dias, o que equivale a 34,49% na comparação com 2015.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 3ª Vara do Trabalho de Taquara foi 38,56% menor (261,18 dias) que o das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015 e 37,99% menor (254,95 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que a Unidade, em 2015, apresentou prazo médio processual mais célere do que os verificados nas demais unidades de faixa de movimentação processual similar, bem como de todo o TRT da 4ª Região.

Contudo, verifica-se que no primeiro semestre de 2016 o prazo médio da Unidade apresentou aumento de 94,14%, tornando-se 19,11% maior (129,63 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 6,77% maior (51,25 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.

Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.333	1.269	95,20%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
-----------------	--	--	--



Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
631	609	96,51%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
306	465	151,96%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
7	7	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez juniores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	6	7
Estado do Rio Grande do Sul	5	5
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	2	3
União	1	0
OI S.A.	0	0
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
Caixa Econômica Federal - CEF	7	19
Banco do Brasil S.A.	2	3



Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
-------------------------------------	---	---

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
23	37	60,87%	Meta não cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	190,35	186,7	188,44	Meta cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	930	843	886,5	874	896	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.06.2016	Solucionados até 30.06.2016	%	Resultado parcial (até 30.06)
864	760	87,96%	Indicativo de não cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até	Processos distribuídos até 31.12.2014 e	%	Resultado



31.12.2014 julgados entre 1º.01.2015 e 30.06.2016			
655	608	92,82%	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 30.06)	Meta para 2016	Resultado parcial
Total de acordos	930	843	886,5	498	905	Indicativo de cumprimento da meta
Média mensal de acordos	77,5	70,25	73,88	83,00	75,42	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial
165	139	84,24%	Indicativo de não cumprimento da meta

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 30.06.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	7	9



União	0	0
Estado do Rio Grande do Sul	5	5
Caixa Econômica Federal - CEF	19	21
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	3	3
OI S.A.	0	4
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	5	3
Claro S.A.	1	1
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	0	3

Total em 2015	Total em 2016 (até junho)	Percentual atingido	Resultado
40	49	22,50%	Meta ainda não cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade tem sessões de audiências regularmente de segundas a quintas-feiras pela manhã e nas tardes das segundas-feiras. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo:

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	6(I) 4-6(P)	6(I) 4-6(P)	6(I) 4-6(P)	-
Tarde	-	-	-	-	-

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	6(I) 4(P)	-	-	-	-
Tarde	6(I) 4(P)	-	-	-	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 23.08.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário*
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo*
- P – Audiências de prosseguimento*



A pauta informada acima é a pauta básica. Contudo, pode haver ajustes em razão da demanda, com aumento do número de processos.

Não há pautas específicas para sumaríssimos pela pequena quantidade de processos distribuídos por tal rito. Quando necessário, são incluídos na pauta dos ordinários, observado o prazo de 15 dias. O mesmo encaixe na pauta ocorre com as Cartas Precatórias Inquiritórias.

Há, com frequência, inclusão em pauta de processos na fase de execução, para tentativa de acordo.

Todos os processos são incluídos em pauta; à exceção das ações consignatórias, as quais não são incluídas em pauta pelo juiz substituto.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	28.09.2016	24.10.2016	28.09.2016	24.10.2016
Una Sumaríssimo				
Instrução	25.05.2017	30.01.2017	28.03.2017	21.11.2016

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 23.08.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	17,54	15,87	-9,51%	17,47	10,09%
	Ordinário	45,81	44,42	-3,04%	63,3	42,49%
	Total	44,62	43,82	-1,78%	61,9	41,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo diminuiu de 17,54 dias, em 2014, para 15,87 dias, em 2015 (9,51%). O prazo médio da audiência inicial do rito ordinário também, ainda que de forma menos significativa, de 45,81 dias, em 2014, para 44,42 dias, em 2015 (redução de 3,04%). O prazo total das audiências na Unidade, no ano de 2015, ficou em 43,82 dias, apresentando redução de 1,78% em relação ao ano anterior.

Entretanto, no primeiro semestre de 2016, o prazo médio total apresentou aumento para 61,9 dias, o que representa 41,25%.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis indicam prazos médios menores do que apontados pelo Sistema e-Gestão nesse ano de 2016.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO



Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	3,68	31,79	764,96%	33,19	4,40%
	Ordinário	210,99	106,1	-49,71%	136,82	28,95%
	Total	193,51	104,27	-46,12%	133,79	28,32%

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo aumentado de 3,68 dias, em 2014, para 31,79 dias, em 2015 (variação de 764,96%). Por sua vez, o rito ordinário registrou redução do prazo médio de 210,99 dias, em 2014, para 106,1 dias, em 2015 (queda de 49,71%).

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis indicam prazos médios maiores do que apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	0	19	0	0	19
Edenir Barbosa Domingos	5	43	0	0	48
Fernando Reichenbach	0	17	0	0	17
Jaqueline Maria Menta	25	11	0	0	36
Lúcia Rodrigues de Matos	72	52	0	2	126
Luis Fettermann Bosak	1.123	476	1	21	1.621
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	130	169	1	3	303
TOTAL	1.355	787	2	26	2.170

Juiz (a)	2016 (até 30.06)				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Jaqueline Maria Menta	56	72	0	0	128
Lúcia Rodrigues de Matos	2	39	0	0	41
Luis Fettermann Bosak	730	282	2	17	1.031
TOTAL	788	393	2	17	1.200

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA



Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015					Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Com exame de mérito						
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL			
André Sessim Parisenti	-	8	0	8	-	8	
Charles Lopes Kuhn	-	8	0	8	-	8	
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	5	8	0	13	-	13	
Edenir Barbosa Domingos	28	15	0	43	-	43	
Jaqueline Maria Menta	16	2	0	18	1	19	
Lúcia Rodrigues de Matos	61	27	0	88	7	95	
Luis Fettermann Bosak	657	190	5	852	92	944	
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	1	0	0	1	-	1	
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	96	22	1	119	9	128	
Juiz não informado	1	0	0	1	-	1	
TOTAL	874	280	6	1.160	109	1.269	

Juiz (a)	2016 (até 30.06)					Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Com exame de mérito						
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL			
Fernando Reichenbach	-	5	0	5	-	5	
Jaqueline Maria Menta	42	19	0	61	3	64	
Lúcia Rodrigues de Matos	12	1	0	13	1	14	
Luis Fettermann Bosak	444	131	1	576	53	629	
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	-	47	0	47	1	48	
TOTAL	498	203	1	702	58	760	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)



6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juiza Jaqueline Maria Menta	Processos de cognição	26
Juiza Lúcia Rodrigues de Matos	Processos de cognição	16
Juiz Luis Fettermann Bosak	Processos de cognição	49
Juíz Luis Fettermann Bosak	Embargos de Declaração	01
Juíz Luis Fettermann Bosak	Impugnação à sentença de liquidação	03
Juíz Luis Fettermann Bosak	Embargos à execução	13
Juiz Osvaldo Antonio da Silva Stocher	Processos de cognição	02
Total: 110		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 19.08.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 04.07.2016)

* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta em anexo ao final da presente ata de correição.

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

Notificações e ofícios urgentes são cumpridos de imediato. Os demais são expedidos no dia seguinte ao do despacho, nos processos físicos, e em 2 ou 3 dias, nos processos eletrônicos.

Os processos à Procuradoria Regional Federal são enviados por malote todas as sextas-feiras.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPVs

Na data da correição estavam sendo expedidos os mandados de citação despachados em 19.07.2016; os mandados de penhora e cartas precatórias de execução determinados em 07.07.2016.

Atualmente há poucos Precatórios e RPVs, razão pela qual a expedição está em dia.



Segundo a diretora, dois servidores são responsáveis pelo cumprimento da execução. Como um deles está afastado, o lapso de tempo para cumprimento aumentou.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são feitos diariamente, não são acumulados.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

São protocoladas, em média, entre 15 e 20 petições, por dia, nos processos físicos, e entre 30 e 35 petições no processo eletrônico. Nos processos físicos as petições são despachadas no próprio dia ou no dia seguinte ao protocolo. As petições protocoladas no PJE são apreciadas em até 3 dias (por vários servidores organizados por carteira).

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da inspeção estava sendo certificado o prazo de 31.07.2016. Informou a Diretora que, nos processos físicos, não há separação de prazo em razão das fases do processo. Nos eletrônicos, os processos do prazo são organizados em caixas com intervalos de 10 dias. Em ambos, o prazo é certificado em períodos de 10 dias.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Há remessa de autos ao TRT às terças e sextas-feiras.

7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios disponibilizados pelo TRT4. Diretora, assistente e servidores que atuam na execução são as pessoas que têm acesso a eles.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Há arquivamento de processos sempre que necessário e remessa de autos ao arquivo a cada 15 ou 20 dias.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

Não há execuções reunidas na unidade.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A unidade inscreve o devedor no BNDT após o resultado negativo da consulta ao BacenJud. Retira do cadastro no despacho final, o qual, entre outras determinações, libera os gravames.

7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR



	Processo	Prazo
1	0000635-72.2014.5.04.0383	12.07.2016
2	0000310-05.2011.5.04.0383	17.07.2016
3	0087500-11.2008.5.04.0383	20.07.2016
4	0001700-49.2007.5.04.0383	22.07.2016
5	0056100-76.2008.5.04.0383	25.07.2016
6	0000655-68.2011.5.04.0383	29.07.2016
7	0004500-16.2008.5.04.0383	29.07.2016
8	0001400-87.2007.5.04.0383	31.07.2016
9	0000616-14.2010.5.04.0381	01.08.2016
10	0128400-70.2007.5.04.0383	01.08.2016
11	0000964-26.2010.5.04.0383	03.08.2016
12	0152000-52.2009.5.04.0383	05.08.2016
13	0105300-18.2009.5.04.0383	05.08.2016
14	0000075-33.2014.5.04.0383	07.08.2016
15	0032000-23.2009.5.04.0383	08.08.2016
16	0095000-65.2007.5.04.0383	08.08.2016
17	0000112-60.2014.5.04.0383	08.08.2016
18	0000062-34.2014.5.04.0383	08.08.2016
19	0120300-97.2005.5.04.0383	10.08.2016
20	0104600-42.2009.5.04.0383	12.08.2016
21	0032000-91.2007.5.04.0383	12.08.2016
22	0070300-54.2009.5.04.0383	12.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.08.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho por parte da Unidade Judiciária (despachos proferidos, expedição de notificações) para a cobrança e devolução desses processos.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

Em consulta ao sistema inFOR, na data de 19.08.2016, não foi constatada a existência de quaisquer processos em carga com peritos e com prazo vencido.

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR



Em consulta ao sistema inFOR, na data de 19.08.2016, não foi constatada a existência de quaisquer mandados vencidos e pendentes de cumprimento na Unidade Judiciária.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 19.08.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **225 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 00005-2005-383-04-00-5
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar Movimentação Processual: Nada a apontar	
2	Processo nº 0068900-05.2009.5.04.0383
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: Os registros de cargas não contém o telefone e endereço do perito, em desatendimento ao disposto nos incisos III do artigo 53 da CPCR. Tampouco consta o número de inscrição no órgão de registro profissional na carga de fl. 916, descumprido o inciso II do artigo 53 da CPCR. Recibos juntados após documentos aos quais se referem (fls. 849, 894, 914, 926). Movimentação Processual: Nada a apontar.	
3	Processo nº 0000116-97.2014.5.04.0383
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: Recibos juntados após documentos aos quais se referem (fls. 430, 561). Movimentação Processual: Nada a apontar.	
4	Processo nº 0000581-14.2011.5.04.0383
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Ordem de juntada não observada: credencial e procuração, juntadas fora da ordem estabelecida pelo art. 67 da CPCR (fls. 5-6). Movimentação Processual: Demora no impulso processual: processo sem movimentação nos períodos compreendidos entre 18-6-2012 e 10-7-2014; e de 10-7-2014 e 30-6-2016.	
5	Processo nº 0001672-42.2011.5.04.0383
Fase: Execução encerrada Aspectos Gerais dos autos: Recibos juntados após documentos aos quais se referem (fls. 277, 279, 291, 315, 326, 328, 335, 340, 356). Movimentação Processual: Nada a apontar.	
6	Processo nº 0000762-10.2014.5.04.0383



Fase: solucionado Aspectos Gerais dos autos: Os registros de cargas (fls.190, 213) não consignam o prazo para devolução dos autos, em desatendimento ao artigo 53, VI, da CPCR. Recibos juntados após documentos aos quais se referem (fls. 193, 198, 210). Movimentação Processual: Nada a apontar	
7	Processo nº 0001197-18.2013.5.04.0383
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: O registro de carga (fls. 55) não consigna o prazo para devolução dos autos, em desatendimento ao artigo 53, VI, da CPCR. Movimentação Processual: Demora no impulso processual: processo sem movimentação desde a expedição do ofício(fl.50), em 14-10-2014 até 27-01-2015.	
8	Processo nº 0059400-12.2009.5.04.0383
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar Movimentação Processual: Nada a apontar	
9	Processo nº 0000448-35.2012.5.04.0383
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: As cargas das fls.575 e 607, não registram o telefone ou o endereço da contadora “ad hoc”, inobervando o artigo 53, III, da CPCR. Recibos juntados após documentos aos quais se referem (fls. 518, 563, 572, 599). Movimentação Processual: Demora no impulso processual: deferido prazo de 30 dias à contadora “ad hoc”(fl.573-574), para apresentação do cálculo, o prazo foi extrapolado, sendo concedida dilação, permanecendo o processo sem movimentação de 9-12-2015 a 7-4-2016.	
10	Processo nº 0000041-97.2010.5.04.0383
Fase: solucionado Aspectos Gerais dos autos: Recibos juntados após documentos aos quais se referem, como por exemplo aqueles das fls. 1095 e 1391). Movimentação Processual: Demora no impulso processual: processo sem movimentação no período compreendido entre 14-4-2015 e 2-9-2015 (fls.1111 e 1118). Audiência postergada por mais de oito meses em face de “necessidade de adequação de pauta” (fl.1119)	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 19.08.2016.

Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:
0000137-73.2014.5.04.0383
Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:
0002400-88.2008.5.04.0383
Carta precatória com registros desatualizados, aguardando devolução à origem ou devolvida à origem sem andamento – Processos Exemplos:
0000698-97.2014.5.04.0383



Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0132000-02.2007.5.04.0383	0001271-72.2013.5.04.0383
0018100-70.2009.5.04.0383	0000332-58.2014.5.04.0383
0000602-93.2011.5.04.0381	
Processo despachado aguardando cumprimento há mais de 30 dias – Processos Exemplos:	
0000668-62.2014.5.04.0383	0043300-79.2009.5.04.0383
0000835-79.2014.5.04.0383	
Prazo vencido há mais de 30 dias – Processos Exemplos:	
0001331-45.2013.5.04.0383	0140200-27.2009.5.04.0383
0000037-89.2012.5.04.0383	
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0000811-85.2013.5.04.0383	

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, o Juiz determina a liberação do depósito recursal quando definitiva a execução, no momento da homologação da conta e antes da citação da reclamada. O valor é deduzido do débito.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que o Juiz **determina primeiramente** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, para pagamento no prazo de 48 horas. Não efetuado o pagamento, prossegue com a consulta ao sistema bacenJud.



9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 18.08.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em 22.08.2016, ocasião em que o acervo processual da 3ª Vara do Trabalho de Taquara contava com 1.192 processos na fase de conhecimento, 77 processos na fase de liquidação, 77 processos na fase de execução e 1.482 processos arquivados.

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com petições não apreciadas	30
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	2
Processos com audiências não designadas	5

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	2016 - mês 11 (novembro) - 01 a 10	561	0020208-96.2014.5.04.0383	15.07.2015
Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento	117	0020257-06.2015.5.04.0383	21.09.2015
Aguardando audiência	Conhecimento	203	0020028-46.2015.5.04.0383	03.05.2016
Analisar sentença	LUIS FETTERMAN BOSAK	1	0021051-27.2015.5.04.0383	18.08.2016
Análise das Perícias	2016 - mês 08 (agosto) - 01 a 31	89	0020359-91.2016.5.04.0383	24.05.2016
Análise do Conhecimento	Conhecimento	6	0020762-60.2016.5.04.0383	22.08.2016
Apreciar dependência	Conhecimento	1	0021037-09.2016.5.04.0383	21.08.2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Minutar Decisão	Dr. Bosak - Embargos de Declaração	33	0020582-78.2015.5.04.0383	19.07.2016
Minutar Despacho	Conhecimento	1	0020745-24.2016.5.04.0383	19.08.2016
Minutar Sentença - ED	Dr. Edenir	1	0020316-28.2014.5.04.0383	08.08.2016
Minutar Sentença	Dr. Osvaldo Stocher	147	0020349-18.2014.5.04.0383	18.11.2015
Preparar Comunicação	- Clarice - 1 a 2	18	0021012-93.2016.5.04.0383	17.08.2016
Triagem Inicial	Conferidos CCDF	13	0021033-69.2016.5.04.0383	18.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência - Liq	2016 - mês 08 (agosto) - 21 a 31	45	0020475-34.2015.5.04.0383	27.06.2016
Análise das Perícias	2016 - mês 08 (agosto) - 01 a 31	19	0020387-59.2016.5.04.0383	11.07.2016
Análise de Liquidação	Liquidação	2	0020968-11.2015.5.04.0383	22.08.2016
Preparar Comunicação	Kênia - 3 a 4	11	0020203-74.2014.5.04.0383	18.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência - Exec	2016 - mês 10 (outubro) - 01 a 10	68	0020210-66.2014.5.04.0383	29.10.2014
Aguardando apreciação pela instância superior	Execução	1	0020809-68.2015.5.04.0383	02.06.2016
Análise das Perícias	mês 08 (agosto) - 01 a 31	1	0020083-94.2015.5.04.0383	12.07.2016
Análise da Execução	Execução	3	0020678-93.2015.5.04.0383	17.08.2016
Iniciar Execução	Conferido CCDF	1	0021029-32.2016.5.04.0383	18.08.2016
Preparar comunicação	Clarice - 1 a 2	3	0020461-16.2016.5.04.0383	10.08.2016

9.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS



Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 09.08 e 10.08.2016:

1	Processo nº 0020445-96.2015.5.04.0383
Fase: Conhecimento	
Movimentação Processual: demora no impulso processual – 1) entre publicação da sentença em 01.06.2016 (ID 59994cb) e a expedição de notificação para ciência das partes em 24.06.2016 (ID 1ad93f3). 2) Após o vencimento do prazo recursal em 05.07.2016 (ID 1ad93f3), não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.	
Processo na pasta de tarefa “ <i>Aguardando Cumprimento de Providência - 2016 - mês 07 (julho) - 01 a 10</i> ” desde 24.06.2016.	
2	Processo nº 0020511-42.2016.5.04.0383
Fase: Conhecimento	
Movimentação processual: demora no impulso processual – acordo celebrado em audiência realizada em 08.06.2016 (ID 93bb7a4) com previsão de pagamento da última parcela para 08.07.2016. Transcorrido o prazo de dez dias para manifestação quanto a eventual inadimplemento, não foi efetivada a determinação quanto à conclusão dos autos para homologação do acordo.	
Processo na pasta de tarefa “ <i>Aguardando Cumprimento de Providência - 2016 - mês 07 (julho) - 11 a 20</i> ” desde 10.06.2016.	
3	Processo nº 0021098-98.2015.5.04.0383
Fase: Conhecimento	
Movimentação processual: demora no impulso processual – vencimento do prazo em 23.05.2016 (ID f3589cb) para reclamada proceder com a integralização dos recolhimentos do FGTS da parte autora, com certidão subsequente exarada em 27.06.2016 (ID d80a61a), determinando a notificação da reclamante ante o silêncio da reclamada.	
4	Processo nº 0020455-77.2014.5.04.0383
Fase: Liquidação	
Movimentação Processual: demora no impulso processual – decisão proferida em 20.06.2016 (ID f087f62), determinando a notificação das partes para apresentação de cálculos de liquidação, sem cumprimento posterior verificado no processo.	
Processo na pasta de tarefa “ <i>Preparar comunicação - Regis - 5 a 6</i> ” desde 20.06.2016.	
5	Processo nº 0020135-90.2015.5.04.0383
Fase: Liquidação	
Movimentação processual: demora no impulso processual – 1) decisão proferida em 02.06.2016 (ID 5a682f1), determinando a notificação das partes para apresentação de	



cálculos de liquidação, com cumprimento efetivado em 24.06.2016 (ID 399539b). **2)** Certidão exarada em 08.07.2016 (ID 2769a42), determinando “*de ordem*” a notificação da reclamada para apresentar cálculos, sem cumprimento posterior verificado no processo.

Processo na pasta de tarefa “*Preparar comunicação - Regis - 5 a 6*” desde 08.07.2016.

6 **Processo nº 0020051-26.2014.5.04.0383**

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – **1)** vencimento do prazo recursal das partes em 17.11.2015 (ID fd05d77), com certidão de trânsito em julgado exarada em 08.01.2016 (ID c88abda). **2)** Após o trânsito em julgado consumado em 17.11.2015, foi proferida decisão de início da fase de liquidação de sentença, apenas, em 24.02.2016 (ID 3ff8881). **3)** Petição apresentada pela 2ª reclamada em 21.06.2016 (ID fee8d8d) relativa aos cálculos elaborados pelo perito contábil, ainda não apreciada pelo Juízo.

Processo na pasta de tarefa “*Aguardando Cumprimento de Providência - Liq - 2016 - mês 06 (junho) - 21 a 30*” desde 14.06.2016.

7 **Processo nº 0021006-23.2015.5.04.0383**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual certidão exarada em 08.03.2016 (ID a4e4d95) relativa ao decurso do prazo para manifestação das partes, bem como determinando o prosseguimento da execução de acordo com o despacho proferido em 27.01.2016 (ID 0f55992), com cumprimento iniciado, apenas, em 08.08.2016 (ID f8754a8).

Processo na pasta de tarefa “*Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - ** Para consulta Bacen*” desde 27.01.2016

8 **Processo nº 0020615-68.2015.5.04.0383**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – vencimento do prazo em 21.06.2016 (ID 51a8760) para reclamada apresentar manifestação sobre o pedido de adjudicação efetuado pelo exequente. Posteriormente, não é verificado impulso processual por iniciativa do Juízo.

Processo na pasta de tarefa “*Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - 2016 - mês 06 (junho) - 21 a 30*” desde 15.06.2016.

9 **Processo nº 0020196-14.2016.5.04.0383**

Fase: Execução – Carta Precatória

Movimentação processual: demora no impulso processual – despacho proferido em 11.04.2016 (ID 0ff97b4), determinando a solicitação de instruções para prosseguimento ao Juízo deprecante, com cumprimento efetivado em 04.05.2016 (ID 8c6d2be). Transcorrido o prazo de 60 dias da ciência, sem o encaminhamento das referidas instruções, não é verificado o cumprimento da determinação expressa no despacho (ID 0ff97b4) quanto ao arquivamento da Carta Precatória.

Processo na pasta de tarefa “*Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - 2016 - mês 07 (julho) - 01 a 31*” desde 04.05.2016.



Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – despacho proferido em 09.06.2016 (ID 03fd9de), determinando o lançamento de conta e expedição de mandado de citação, com cumprimento efetivado em 12.07.2016 (IDs 4e465fa, e563ffe e ec85eb8).

Cinco servidores atuam por carteira no PJe, em todas as fases. Contudo, o lançamento da conta e alguns outros cumprimentos da execução são feitos por um único servidor, o qual atua tanto nos processos eletrônicos quanto nos físicos. Outros dois servidores trabalham notificando as iniciais.

Os processos são movimentados regularmente e, na data da inspeção, não foram constatadas irregularidades relevantes em relação aos prazos e andamentos processuais.

Verificou-se uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico e uma boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, **não houve atuação** da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

11 OUVIDORIA

Não constam na Ouvidoria deste TRT expedientes relativos à 3ª Vara do Trabalho de Taquara durante o período correccionado.

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Há dois anos o Foro de Taquara recebeu a implantação do processo judicial eletrônico. Atualmente, esses processos representam 58% do acervo da 3ª Vara do Trabalho de Taquara.

Em termos de movimentação processual, a unidade situa-se na faixa de 1.501 a 2.000 processos por ano. No período correccionado, verifica-se que o acervo processual da unidade manteve-se estável: eram **2.735** processos em 31.12.2014 e **2.748** processos em 30.06.2016.

O prazo médio de tramitação processual entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 3ª Vara é inferior ao das unidades similares e ao das demais unidades da 4ª Região. Na fase de execução, no primeiro semestre desse ano, o prazo médio de tramitação aumentou consideravelmente em relação a 2015: 94,14%.



Na fase de conhecimento, constata-se que vem aumentando o número de processos pendentes de solução: eram **657 processos** em 2014 e **747** no final de junho de 2016. Ainda, nesse mesmo período, o número de processos aguardando sentença com prazo vencido cresceu consideravelmente.

Quanto ao número de acordos realizados na fase instrutória, o percentual nos processos solucionados é bastante superior ao das unidades similares e ao de todo o TRT4, característica, aliás, comum às demais unidades do Foro de Taquara. Destacou a diretora a realização de uma grande quantidade de acordos na unidade e, como consequência, um grande número de processos aguardando cumprimento de acordo.

É elogiável o fato de não terem sido encontrados processos equivocadamente cadastrados junto ao BNDT.

Na inspeção se pode verificar o bom aproveitamento do espaço físico, a organização dos arquivos e a disposição das mesas. Houve reclamações em razão da estrutura física do prédio que, em caso de chuva forte e com vento, apresenta goteiras.

Conforme consulta ao sistema RH, no período correccionado houve movimentação de dois servidores. A unidade está com uma vaga desde março e uma servidora em licença maternidade desde abril, por isso o atraso em algumas tarefas. Atualmente, está com 11 servidores, mas o quadro é de 12. Conta com o auxílio de uma estagiária, que encerrará seu contrato no final do ano.

O trabalho na unidade é organizado por carteira nos processos eletrônicos; 5 servidores apreciam as petições (atuam no protocolo) e certificam o prazo. Esses mesmos 5 servidores atuam no prazo dos processos físicos, que não é separado por fase. O protocolo dos processos físicos é feito pela diretora.

Em relação ao PJe, questionou a diretora acerca da possibilidade de o sistema indicar, nas informações gerais do processo, se pertence ao Juiz titular ou ao Juiz Substituto, para melhor visualização. Requereu, ainda, se possível, a opção de fazer transporte em lote de processos de uma pasta para outra, o que agilizaria o trabalho.

Os dados coletados previamente à correição por meio dos sistemas eletrônicos disponíveis à Vice-Corregedoria revelam a boa organização da Unidade, fato confirmado durante a inspeção.

A Unidade merece ser parabenizada pelos resultados obtidos, pelo comprometimento e condução do trabalho pela Diretora de Secretaria Kenia Varela Albrecht e pelo empenho dos servidores e dos Juízes em exercício na unidade.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.



Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.6, b).

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.5).

ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais.

ITEM 9.1 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)

Observe a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) transcorrido o prazo do reclamante para manifestação quanto ao eventual descumprimento de acordo estabelecido em audiência, realize, com brevidade, as determinações preestabelecidas no que se refere ao arquivamento ou à homologação do acordo;
- b) atente para a necessidade da efetivação dos atos de lançamento de conta e início da execução logo após a publicação dos despachos ou decisões nesse sentido;
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne a efetivação dos atos



de constrição patrimonial estabelecidos em fase de execução mediante a utilização do convênio Bacenjud;

- d) transcorrido o prazo para manifestação das partes, realize, com a maior brevidade possível, a conclusão para o subsequente impulso processual por iniciativa do Juízo, em especial, no que se refere à fase de elaboração de cálculos de liquidação;
- e) atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos ou decisões nesse sentido;

14 DETERMINAÇÕES

14.1. SECRETARIA

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) observe que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual – Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados);
- b) observe a secretaria a específica solução dada aos incidentes processuais, conforme o resultado da apreciação judicial (Acolhidos/Não acolhidos/Acolhidos em parte os Embargos de declaração; Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte));
- c) dê a específica solução aos embargos de declaração opostos no processo nº 0020159-58.2014.5.04.0382;
- d) dê a específica solução ao incidente processual “antecipação de tutela” nos processos 0021118-89.2015.5.04.0383; 0020097-44.2016.5.04.0383; 0020375-45.2016.5.04.0383; 0020507-5.2016.5.04.0383; 0020737-47.2016.5.04.0383; 0020935-84.2016.5.04.0383; 0020945-31.2016.5.04.0383; 0021104-8.2015.5.04.0383 (Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte))

ITENS 7.11.1 (Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)



Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.11.1 deste relatório correccional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se, ainda, que sejam registradas no sistema informatizado as dilações de prazo deferidas.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) observe o que dispõe o artigo 53, incisos I a VII e parágrafo único da CPC/2015 quanto ao registros de cargas a advogados e peritos, evitando situações como as verificadas nos processos **0068900-05.2009.5.04.0383**, **0000762-10.2014.5.04.0383**, **0001197-18.2013.5.04.0383**, **0000448-35.2012.5.04.0383**, , analisados no item 8.1;

b) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPC/2015, para evitar situações como a constatada no processo nº **0000581-14.2011.5.04.0383**;

c) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos n. **0000581-14.2011.5.04.0383**, **0001197-18.2013.5.04.0383**, **0000448-35.2012.5.04.0383** e **0000041-97.2010.5.04.0383**.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **225 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como o de nº **0000137-73.2014.5.04.0383**, dentre outros;

b) archive processos como o de nº **0002400-88.2008.5.04.0383**, dentre outros;

c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de n. **0132000-02.2007.5.04.0383**, **0018100-70.2009.5.04.0383**, **0000332-58.2014.5.04.0383**, **0001271-72.2013.5.04.0383**, **0000602-93.2011.5.04.0381**, dentre outros;



- d) devolva Cartas Precatórias, atualize seus registros ou dê andamento às devolvidas como na de nº **0000698-97.2014.5.04.0383**, dentre outras;
- e) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de n. **0000668-62.2014.5.04.0383**, **0043300-79.2009.5.04.0383**; **0000835-79.2014.5.04.0383**; **0001331-45.2013.5.04.0383**; **0140200-27.2009.5.04.0383**; **0000037-89.2012.5.04.0383** dentre outros;
- f) atualize os registros de processos como o de n. **0000811-85.2013.5.04.0383**, dentre outros.

14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes Jaqueline Maria Menta, Lúcia Rodrigues de Matos e Luis Fettermann Bosak profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados ao final deste relatório, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

Os magistrados deverão informar a essa Vice-Corregedoria, em dez dias, **caso permaneçam pendências quando do recebimento deste relatório**, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Vice- Corregedoria.

15 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA / JUDICIÁRIA

Solicita-se à Escola Judicial informações sobre a possibilidade de ser ministrado curso de execução, à distância, pelo Juiz Ben Hur Silveira Claus, bem como curso de atualização do Código de Processo Civil.

16 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

Os Juízes Jaqueline Maria Menta, Lúcia Rodrigues de Matos e Luis Fettermann Bosak deverão atender às determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.



17 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular, Luis Fettermann Bosak, com o juiz substituto, Charles Lopes Kuhn, com a Diretora de Secretaria, Kenia Varela Albrecht, e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara Trabalho de Taquara, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Na ocasião, o Desembargador Vice-Corregedor Regional, Marçal Henri Figueiredo, concedeu entrevista ao Jornal Panorama e recebeu o advogado Sérgio Ivan de Souza Moreira.

18 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Luis Fettermann Bosak, pelo juiz substituto Charles Lopes Kuhn, pela Diretora de Secretaria Kenia Varela Albrecht e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional



ANEXO 01

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

Juiza Jaqueline Maria Menta - Processos de cognição (26 processos)

0000388-28.2013.5.04.0383
0020424-23.2015.5.04.0383
0020771-56.2015.5.04.0383
0020715-23.2015.5.04.0383
0020796-69.2015.5.04.0383
0020749-95.2015.5.04.0383
0020774-11.2015.5.04.0383
0020577-56.2015.5.04.0383
0020797-54.2015.5.04.0383
0020922-22.2015.5.04.0383
0021027-96.2015.5.04.0383
0020832-14.2015.5.04.0383
0020740-36.2015.5.04.0383
0020787-10.2015.5.04.0383
0020903-16.2015.5.04.0383
0020886-77.2015.5.04.0383
0020872-93.2015.5.04.0383
0020892-84.2015.5.04.0383
0020944-80.2015.5.04.0383
0020970-78.2015.5.04.0383
0020952-57.2015.5.04.0383
0020186-04.2015.5.04.0383
0020260-58.2015.5.04.0383
0020839-06.2015.5.04.0383
0020153-14.2015.5.04.0383
0021004-53.2015.5.04.0383

Juiza Lúcia Rodrigues de Matos - Processos de Cognição (16 processos)

0020751-65.2015.5.04.0383
0021197-68.2015.5.04.0383
0020170-50.2015.5.04.0383
0021050-42.2015.5.04.0383
0021123-14.2015.5.04.0383
0020311-69.2015.5.04.0383
0021195-98.2015.5.04.0383
0021210-67.2015.5.04.0383



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0021216-74.2015.5.04.0383
0020930-96.2015.5.04.0383
0020942-13.2015.5.04.0383
0020205-73.2016.5.04.0383
0021011-45.2015.5.04.0383
0021293-83.2015.5.04.0383
0020746-43.2015.5.04.0383
0021316-29.2015.5.04.0383

Juiz Luis Fettermann Bosak – Processos de Cognição (49 processos)

0000372-40.2014.5.04.0383
0000257-53.2013.5.04.0383
0000410-52.2014.5.04.0383
0000791-94.2013.5.04.0383
0000853-37.2013.5.04.0383
0000876-46.2014.5.04.0383
0000799-37.2014.5.04.0383
0000509-22.2014.5.04.0383
0000877-31.2014.5.04.0383
0000557-78.2014.5.04.0383
0020193-59.2016.5.04.0383
0020939-58.2015.5.04.0383
0020798-39.2015.5.04.0383
0020788-92.2015.5.04.0383
0020786-25.2015.5.04.0383
0020883-25.2015.5.04.0383
0021039-13.2015.5.04.0383
0021068-63.2015.5.04.0383
0020613-98.2015.5.04.0383
0021051-27.2015.5.04.0383
0020664-09.2015.5.04.0383
0020748-13.2015.5.04.0383
0020731-74.2015.5.04.0383
0020552-43.2015.5.04.0383
0020182-64.2015.5.04.0383
0021049-57.2015.5.04.0383
0020689-25.2015.5.04.0383
0020409-54.2015.5.04.0383
0021064-26.2015.5.04.0383
0021242-72.2015.5.04.0383



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020792-32.2015.5.04.0383
0020366-20.2015.5.04.0383
0020328-08.2015.5.04.0383
0021247-94.2015.5.04.0383
0020145-71.2014.5.04.0383
0020157-17.2016.5.04.0383
0020996-76.2015.5.04.0383
0020015-19.2016.5.04.0381
0020356-39.2016.5.04.0383
0020470-81.2016.5.04.0381
0021236-65.2015.5.04.0383
0020808-83.2015.5.04.0383
0021279-02.2015.5.04.0383
0021278-17.2015.5.04.0383
0020011-73.2016.5.04.0383
0020805-94.2016.5.04.0383
0020016-95.2016.5.04.0383
0021283-39.2015.5.04.0383
0020322-98.2015.5.04.0383

Juíz Luis Fettermann Bosak – Embargos de Declaração (01 processo)

0001466-57.2013.5.04.0383

Juíz Luis Fettermann Bosak - Impugnação à sentença de liquidação (03 processos)

0000929-95.2012.5.04.0383
0000958-19.2010.5.04.0383
0001186-91.2010.5.04.0383

Juíz Luis Fettermann Bosak - Embargos à execução (13 processos)

0000328-66.2010.5.04.0381
0000409-67.2014.5.04.0383
0000843-56.2014.5.04.0383
0000430-14.2012.5.04.0383
0124500-45.2008.5.04.0383
0000958-19.2010.5.04.0383
0001448-41.2010.5.04.0383
0122000-06.2008.5.04.0383
0000324-81.2014.5.04.0383
0000914-92.2013.5.04.0383
0001231-16.2011.5.04.0301
0001186-91.2010.5.04.0383



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0001288-11.2013.5.04.0383